

Trabalho Social com Famílias: intenções e perspectivas do trabalho social face à proteção social

Social Work with Families: intentions and perspectives of social work in relation to social protection

Rosemeire dos Santos*

Resumo: O presente trabalho tem como proposta apresentar uma reflexão teórica e análise de experiências sobre Trabalho Social com Famílias (TSF), cujo método de análise utilizado foi a pesquisa qualitativa de quatro experiências de trabalho com famílias, que partem de contextos e realidades sociais diversas, cujo o ponto de interseção é que a atividade foi direcionada às famílias em situações de vulnerabilidade e risco social, sendo duas das experiências de capitais brasileira, São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), e outras duas experiências em âmbito internacional, sendo uma em contexto latino-americano, que é o Programa Puente no Chile e outra na periferia parisiense, cuja seleção foi devida as publicações disponibilizadas para a análise no processo de doutoramento da autora desse trabalho. As experiências analisadas tiveram como objetivo um TSF efetivo as famílias para proteção social e a superação da vulnerabilidade social, todavia, com perspectivas teóricas e interventivas diferentes.

Palavras Chaves: Trabalho Social. Família. Proteção Social.

Abstract: The present work has as its proposal to present a theoretical reflection and analysis of experiences about Social Work with Families, whose method of analysis was the qualitative research of four work experiences with families, starting from diverse social contexts and realities, whose point of In the intersection, the activity was directed to families in situations of vulnerability and social risk, two of the Brazilian capital experiences, São Paulo (SP) and Belo Horizonte (MG), and two other experiences in an international context, one in Latin context which is the Puente Program in Chile and another in the Parisian periphery, whose selection was due to the publications available for analysis in the doctoral process of the author of this work. The analyzed experiences had as objective an effective TSF the families for social protection and the overcoming of social vulnerability, however, with different theoretical and intervention perspectives.

Key Words: Social Work, Family and Social Protection

Recebido em 14/08/2017. Aceito em 29/08/2018

*Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, professora Adjunta I da Universidade Federal do Tocantins – UFT, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Proteção Social e Famílias – GEPPSFAM e membro da Rede de Estudos e Pesquisas em Famílias e Política Social – REFAPS.E-mail: rosemeiresantosp@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Introdução

O artigo ora apresentado parte do resultado da pesquisa desenvolvida durante o processo de doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, que resultou em um capítulo da tese, que colocou em análise a hipótese de que o TSF pode ser um instrumento de expansão de proteção social quando adota por eixos estratégicos o acesso à “seguranças sociais”¹ e amplia as condições protetivas para as famílias e indivíduos, além de fazer valer os direitos de cidadania à família como um todo e a em particular aos seus membros.

Para tal reflexão, utiliza-se o entendimento de família como um grupo social em constante transformação, que não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma condição de (des) proteção social. Afiançar proteção social ao indivíduo e a família numa dada sociedade, e em um dado lugar onde vivem e habitam indivíduos com necessidade humanas de sobrevivência, e compreendendo que isso vai além do âmbito privado e interno da família, exige-se assim, serviços, atenções e seguranças sociais que precisam ser disponibilizados em âmbito público, em que cabe ao estado a responsabilidade por regular e prover a proteção e a segurança social da sociedade como um todo.

Particularizando a função de proteção social a seus membros propõe-se uma discussão e reflexão sobre proteção social à família, reafirmando a consideração anterior feita de que a instituição familiar, é um grupo socialmente constituídos para trocas objetivas e subjetivas, com isso, há também as responsabilidades protetivas para com seus membros, no entanto, há que considerar que para que sua capacidade de proteção seja efetiva é preciso compreender as condições objetivas de vida recorrentes e ofertadas para que a família dê conta para exercer tal

função, e que se inclui sob a análise de proteção social da família como objeto de intervenção da política pública, o que exige a clareza do que é a responsabilidade estatal e quais seriam as responsabilidades familiares.

Cabe lembrar que a efetividade de proteção social do Estado sob a família precisa buscar como lógica a superação do “familismo” e dos “favores” pelos vínculos políticos que se exercem na sociedade, procurando a efetivação dos princípios da cidadania e reconhecimento de direitos sociais das mesmas, entendendo que a família é constituída por humanos que não são autossuficientes e que demandam muitas proteções que se singularizam em cada momento do ciclo vital.

Proteção tem sua origem no latim “*pro-tectione*”, que em seu sentido stricto é realizar o ato de proteger, dar atenção, guarda de algo, defesa a algo, impedir sua destruição, apoiar pela sua continuidade, assim “[...] a ideia de proteção contém um caráter preservacionista, não da precariedade, mas da vida” (Sposati, 2009; p. 21). Nessa situação associa-se ao sentido de proteção à condição social que exige um sentido de proteção relacional e de condições básicas para o desenvolvimento e vivência humana, entendendo que o básico não pressupõe como sinônimo o mínimo, porque:

[...] mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o mínimo nega o “ótimo” atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo (PEREIRA, 2002; p. 26-27).

De acordo com Di Giovanni, “não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum tipo de proteção social” (1998; p. 08), para proteger parte ou o conjunto da sociedade, dos riscos naturais e sociais existentes. Assim, como o grupo familiar, os sistemas de proteção social diferem de acordo com as condições culturais, econômicas e sociais de cada sociedade.

A proteção social, quando tencionada a sua efetividade na perspectiva de garantia do direito social e de responsabilidade estatal, independente de renda, classe social, local de moradia,

¹ O texto aqui trabalha com a perspectiva de que segurança social é a garantia de ações que proporcionem suportes e atendimentos de apoio às incertezas da vida. É possível ainda afirmar que a segurança social tem como função proporcionar às famílias e indivíduos serviços e benefícios que garantam meios de sobrevivência, restauração e indenização quando há vitimização por imprevistos relacionados ao mundo do trabalho, as relações sociais, nas mais diversas situações desde acontecimentos naturais e calamidades que ocorrem como nascimentos, situações de adoecimentos ou mortes em família, vivências de discriminações, de violências entre outras situações oriundas de uma sociedade individualista, hierarquizada e concorrencial (SANTOS, 2016).

ou seja, supera-se a lógica comprobatória de condições de renda e de vida, porque quando há a vinculação de proteção social à renda é no mínimo vexatório. Reforça-se o caráter de subalternidade daquele que depende da proteção social oferecida, assim, se desconstrói a concepção do direito à cidadania, porque passa a exigir que o sujeito que demanda a proteção social se “ajuste” como pobre, “carente” e sem renda.

A presença do Estado no âmbito de proteção social pública, com a intervenção dos serviços, seguranças e políticas sociais para indivíduos e famílias ocasionam diretamente uma interferência na dimensão interna e privada do grupo familiar, a exemplo, se o Estado oferece escola pública, a função educacional é partilhada entre o Estado e a família, ou seja, ambos são responsáveis conjuntos sobre o desenvolvimento educacional da criança. Assim, como na criação do Programa de Transferência de Renda, o “Bolsa Família” em que restringe o direito da universalidade, condiciona a critérios de seletividade e exige condicionalidades para a participação e manutenção da família no referido programa, a exemplo, a obrigação da presença da criança na escola, resultando na omissão da responsabilidade partilhada entre o Estado e a família e ainda, cria um condicionamento ao comportamento das famílias participantes.

Nessa perspectiva, o Estado ao invés de praticar uma Proteção Social de “apoio” ou reconhecimento de cidadania, estabelece uma prática do familismo, como uma forma de trabalho que exige mais das famílias, eximindo-se de suas responsabilidades enquanto Estado, enquanto real provedor de Proteção Social.

A discussão centra em refletir sobre as necessidades de proteção como de sobrevivência e cuidados, e as responsabilidades entre Estado e a Família. E que a direção adotada para o Trabalho Social com as Famílias pode reforçar a ideia de sobrecarga as responsabilidades familiares ou efetivar proteção social e os direitos de cidadania às famílias e indivíduos, que por sua vez, são responsabilidades estatais.

Nessa perspectiva o trabalho ora apresentado se propõe em primeiro momento discutir sobre a intencionalidade do Trabalho Social com Famílias e suas nuances enquanto possibilidades de acesso à proteção social ou uma mera

reprodução da prática do familismo, busca-se ainda distinguir o Trabalho Social com Famílias de um Acompanhamento Familiar. E como isso apresenta quatro experiências em diferentes realidades e perspectivas de trabalho desenvolvidas com famílias em situações de vulnerabilidade social. Resultando na identificação de possibilidades ações junto às famílias que estabeleçam o Trabalho Social com as Famílias visando à Proteção Social.

Perspectivas para o Trabalho Social com Famílias – TSF

Na perspectiva de que o Trabalho Social com Famílias seja um instrumento de reconhecimento da cidadania e da proteção social, que se coloca em pauta o compromisso de efetivar seguranças sociais que afiancem a proteção social às famílias e indivíduos. Cabe ainda afirmar que o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias pode ser uma forma de materialização do trabalho profissional dos executores das políticas sociais que objetivam a proteção social.

Assim, inicialmente é preciso ter um entendimento de que o processo de proteção social implica o fortalecimento de vínculos sociais, e no reconhecimento social das famílias e indivíduos com o lugar em que vivem, para além da oferta e acesso de condições objetivas de atenção das políticas sociais. A análise da família precisa se atentar sob a razão de dependência entre seus membros e como podem receber centralidade e apoio em atenção ao fortalecimento dos vínculos e a garantia de efetivação e implementação das seguranças sociais.

O Trabalho Social com Famílias é, senão o principal, um dos mais importantes componentes para a orientação e efetivação das seguranças sociais, na perspectiva das garantias de proteção social pública e no reconhecimento da cidadania às famílias e seus membros.

Quando a família passa a ser discutida sob o prisma da construção da proteção social como condição fundante, o Trabalho Social com Famílias tem relação com a efetivação da proteção social, na garantia das seguranças sociais e com elas dos direitos de cidadania. No caso o Trabalho Social com as Famílias passa a ser um componente ativador e equilibrador da Proteção Social, ou seja, o TSF é alicerçador da Proteção

Social intergeracional e de base afetiva ou de filiação, estando atenta que essa afirmação não significa a opção pelo familismo, e sim reconhecendo que o desenvolvimento do TSF uma forma de identificar, reconhecer as necessidades, inseguranças das famílias e indivíduos no que tange a garantia de direitos sociais individuais e coletivos.

O Trabalho Social com Famílias tem assumido, por vezes, o título de acompanhamento familiar. O conceito de acompanhamento remete de imediato à intenção de estar ao lado de seguir, monitorar. Quando as políticas sociais apresentam proposta de acompanhamento social ao invés de trabalho social é possível que esteja ocorrendo uma ação de monitoramento das ações familiares, colocando assim, uma ação tecnicista de forma a controlar e responsabilizar a família por ações que deveriam ser do Estado.

O acompanhamento social, sob a lógica estatal aliada no contexto capitalista, está voltado para “camuflar” situações de desproteções sociais, cuja a tendência é de transformar esse acompanhamento, em um monitoramento sistemático que seleciona o que é entendido por correto e errado nas ações com as famílias, para definir se a família é ou não “merecedora” do recebimento dos benefícios ou atenções. O “acompanhamento familiar” é algo distinto ou até mesmo reducionista de uma proposta de trabalho, partindo dos pressupostos utilizados para a compreensão e o entendimento da categoria Trabalho².

O Trabalho Social com Famílias pressupõe um sentido que supera o monitoramento dos “passos” da família, possibilitando a compreensão mais estreita dos laços familiares, sua dinâmica no desenvolvimento do ciclo vital dos membros da família orientado pelos princípios de direito, cidadania e universalidade.

A efetivação da proteção social pública estatal tem por direção a contribuição para que indivíduos e famílias tenham garantias de sobrevivência digna, e exercício de suas possibilidades e capacidades protetivas. Consequentemente

para a execução desse trabalho “[...] é imperativo também que se construam metodologias de trabalho social que possibilitem aproximações [...]” (WANDERLEY, 2004, p. 12) com as famílias nas suas mais diferenciadas composições e laços.

É salutar que o Trabalho Social com Famílias envolva diferentes áreas do saber e profissões, no entanto, a reflexão que se faz para o tema é a contribuição das políticas distributivas e de seus trabalhadores o que envolve as concepções de homem, de sociedade e de emancipação humana contidas nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, presentes no Trabalho Social com Famílias.

Para elucidar as afirmações sobre as perspectivas possíveis do trabalho social com famílias, desenvolveu-se uma pesquisa na perspectiva analítica de quatro intenções e perspectivas de Trabalho Social com Famílias, a escolha se deu pela existência de documentos/publicações de acesso público, o que permitiu a pesquisadora o acesso e ainda a quarta experiência além da publicação a possibilidade de observação em lócus permitida pela vivência da “bolsa sanduíche CAPES/COFECUB, e cabe salientar que tais experiências analisadas ocorreram, em diferentes contextos sociais, econômicos, históricos e culturais, a saber:

1. Programa Fortalecendo a Família, programa vinculado ao “Programa Renda Cidadã” de iniciativa da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS e executada no município de São Paulo entre 2003-2004, em convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social com unidades acadêmicas.
2. Programa para atenção nos Núcleos de Apoio à Família – NAF, realizado em Belo Horizonte, entre 2007-2008.
3. Programa Puente parte do Projeto Chile Solidário, para combate à vulnerabilidade social em desenvolvimento no Chile, desde 2002.
4. Programa Social da Maison de Quartier Boris Vian para desenvolvimento entre 2013-2017, em Ville-Villers-le-bel, na França.

A primeira experiência analisada foi a desenvolvida na cidade de São Paulo, de agosto de 2002 a novembro de 2003, a partir do convênio entre a Secretaria de Assistência Social

² Partindo do pressuposto de Marx, O capital (2011), trabalho “é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 2011; p. 211), ou seja, é todo um processo que envolve a ação humana em conjunto com a natureza para uma finalidade.

– SAS da Prefeitura Municipal de São Paulo com o Instituto de Estudos Especiais – IEE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, hoje o IEE está renomeado como Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Sociais – CEDEPE.

O Programa de Transferência de Renda da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – SEADS nominado Renda Cidadã, exigia à época dos municípios nele participantes o acompanhamento e o monitoramento por 24 meses, das famílias inseridas no programa.

A proposta se tratava de incluir no TSF de São Paulo 13.280 famílias. Para tanto essas famílias foram nucleadas em 611 grupos, que funcionaram nos territórios próximos às moradias das famílias. A metodologia adotada pela experiência de TSF-SP partiu de uma caracterização das 13.280 famílias o que foi realizada por meio de um cadastro. Como já eram famílias que já recebiam o benefício, direcionava-se então aos participantes perguntas como: o que o beneficiário dizia respeito do benefício, isto é, como caracterizavam o benefício, suas exigências, seus direitos e obrigações. A análise das respostas desse cadastramento mostrou a falta de conhecimento dos beneficiários sobre o que realmente era o programa e ou o benefício. Essa situação resultou na construção de uma ferramenta explicativa do benefício e definiu um primeiro passo metodológico: o participante deve ter pleno domínio das informações do programa em que está inserido.

O segundo foi a nucleação territorial das famílias e, portanto, a necessidade de realização de um georrefenciamento das famílias pelos setores censitários onde viviam e o estudo dos territórios, local que formariam os grupos nucleados para o desenvolvimento do trabalho.

A estratégia do TSF foi orientada pelo direito à proteção social, direito à cidade e seus acessos para além da renda. Entendiam que a falta de renda poderia ser uma das resultantes da geração da pobreza, mas que pobreza é muito mais que falta de renda e, conseqüentemente, o direito social à proteção social é maior do que a materialização em transferência ou subsídio financeiro.

A experiência do grupo elegeu quatro eixos da proposta metodológica, que são:

1. A escuta atenta das preocupações, necessidades e demandas expressas pelas famílias. Atenção a elas leva à facilitação do apoio grupal no alargamento da percepção das situações pessoais e sociais.

2. A construção coletiva de alternativas pelos participantes, com a identificação de demandas comuns pelos próprios representantes das famílias. Só assim é possível ampliar o universo de informações acerca do tema, permitindo a identificação de recursos sociais na região e na cidade [...].

3. A garantia da capilaridade necessária à penetração territorial do programa, pela sua articulação com os movimentos sociais e entidades presentes nos territórios. É o momento da construção de parcerias.

4. A nucleação da sociabilidade de bairro: as reuniões dos grupos são apreciadas por oferecerem oportunidades de apoio e relações sociais que muitas vezes são restringidas diante do grau de insegurança e violência urbanas nos territórios com alto índice de exclusão social (WANDERLEY & OLIVEIRA, 2004; p. 18-19).

A experiência de São Paulo a partir da escolha dos elementos vai ao encontro da efetivação de seguranças sociais, como a acolhida, quando a equipe tem como eixo “a escuta das preocupações, necessidades e demandas expressas [...]” (WANDERLEY & OLIVEIRA, 2004; p. 18-19) o reconhecimento da cidadania, quando se dispõe em construir coletivamente alternativas pelos participantes, “com identificação das demandas comuns pelos próprios representantes das famílias” (WANDERLEY & OLIVEIRA, 2004; p. 18-19) e também seguranças de convívio quando propõe “a articulação com os movimentos sociais e a nucleação da sociabilidade de bairro: as reuniões dos grupos são apreciadas por oferecerem oportunidades de apoio [...]” (WANDERLEY & OLIVEIRA, 2004; p. 18-19). Em que são extremamente importantes quando identificados como meios alicerçadores da proteção social.

Como qualquer trabalho a ser executado, houve a necessidade do grupo em constituir uma equipe de trabalho para o desenvolvimento da ação, assim, na parceria ficou estabelecida que a seleção e o treinamento, bem como todo o material didático utilizados para o desenvolvimento da “capacitação e orientação da equipe técnica”

estava a cargo das universidades envolvidas. Quando analisado o processo de trabalho da equipe verifica-se que a previsão inicial era de que a capacitação/orientação, fosse somente no momento inicial da implementação do trabalho, no entanto, houve a necessidade de ser um processo contínuo em todo o período de execução do projeto.

A partir da experiência vivida, o grupo constituiu a “metodologia proposta” em que faz a reflexão de que um Trabalho Social com Famílias deva primar com o movimento essencial em quatro direções, compreendidas nessa análise como “pontos chave” para o trabalho social com as famílias, pois vai ao encontro da consolidação das seguranças sociais:

- 1) Escuta atenta das preocupações, necessidades e demanda expressas pelas famílias;
- 2) Construção coletiva de alternativas pelos participantes;
- 3) Garantia da capilaridade necessária à penetração territorial do programa e;
- 4) Reforçar a aglutinação da sociabilidade de bairro.

A experiência paulista estabeleceu direções para os momentos de grupos, reuniões, construções coletivas, para a formação dos grupos pensar na “territorialização” das famílias, com o foco no acolhimento e a formação de vínculos das famílias no território, em que o grupo composto por no máximo trinta representantes de famílias; em reuniões quinzenais fossem articulados e discutidos momentos de construção coletiva, com o foco no processamento de políticas relativas aos direitos de cidadania. Estabelecendo uma maior articulação entre os sujeitos, em um dado momento ampliou-se o grupo para sessenta representantes das famílias nucleadas por temáticas de interesse; e para as reuniões mensais preparam momentos de socialização no território, cujo o foco foi a socialização das inserções e das ações coletivas do Programa Fortalecendo a Família nos grupos e territórios constituídos por 60 representantes de famílias e outros membros da região.

Na análise documental da experiência de São Paulo foi possível perceber em todo momento um direcionamento pautado na garantia e efetivação do direito social e da cidadania, respeitando os limites e as possibilidades das

famílias participantes, isso fica claro, no momento em que, afirmam que quanto à obrigatoriedade das reuniões, houve uma flexibilidade diante das situações colocadas pelos participantes, ou seja, as famílias em situação de vulnerabilidade apresentam limitações de horário e participação como toda e qualquer família trabalhadora.

A Experiência 2 analisada nessa pesquisa foi o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social do município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, junto com a equipe técnica dos Serviços de Núcleos de Apoio à Família – NAF/CRAS e o Serviço de Orientação Sociofamiliar – SOSF orientado pela compreensão da:

[...] matricialidade familiar sócio familiar, entendida como um aos eixos estruturantes do SUAS, cujo modelo de gestão reconhece as pressões e os processos de exclusão socio-culturais a que as famílias brasileiras estão submetidas. (BELO HORIZONTE, 2007, p. 11).

Na perspectiva da centralidade na família para o desenvolvimento e implementação de benefícios, serviços, programas e projetos, a equipe do SOSF buscou uma orientação de realizar o “[...] acompanhamento a famílias com violação de direitos de crianças e adolescentes” (BELO HORIZONTE, p. 116).

A experiência de Belo Horizonte não foi planejada para famílias em programas de transferência de renda, primou pelo atendimento às necessidades sociais e à violação de direitos de crianças e adolescentes, no entanto, com exigências de rentabilidade econômica, um contrassenso frente à proposta de garantia e efetivação de direitos sociais e de proteção social, uma vez que, o entendimento para uma política social pública pressupõe que proteção social é para além de renda.

A estratégia de trabalho colocada pela equipe técnica da experiência foi a “[...] abordagem psicossocial com ações que visam informar, formar e transformar as suas representações e práticas dos direitos de cidadania” (BELO HORIZONTE, 2007, p. 17).

A proposta metodológica desenvolveu a partir de dois eixos:

- 1) Assistencial com o “apoio efetivo” às famílias e seus pares, contando com apoio da rede

socioassistencial do município para o acesso aos serviços básicos em que possuem direitos e;

2) o socioeducativo, voltado para um trabalho com as famílias, a partir de reflexões do cotidiano vivenciadas por elas do ponto de vista estrutural, funcional e relacional.

O que observou nessa experiência, quanto à efetivação das seguranças sociais que atendem as seguranças de “apoio efetivo” que remetem às necessidades objetivas de sobrevivência, assim atenta para a segurança de sobrevivência e a de convívio no âmbito intrafamiliar, quando a ação socioeducativa estabelecida pela experiência propõe reflexões do cotidiano vivenciadas pelas famílias.

Quanto à equipe técnica verificaram os procedimentos de treinamento com a equipe, é perceptível a sistematização para o mesmo em que afirma que realizou em 2005 uma capacitação intensiva sobre a abordagem psicossocial. Um momento secundário que consistiu na realização de um seminário-aula, ao final do 2º Semestre de cada ano, a partir de 2006 com todas as equipes e a etapa terciária foi a avaliação bimestral do trabalho.

Ao processo de trabalho, a experiência de Belo Horizonte estabeleceu estratégias de execução para o serviço do Núcleo de Atenção à Família, que no momento da experiência estava em transição para ser o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, tais como: o levantamento de dados e conhecimento do território, utilizando instrumentos como entrevistas e outros recursos disponíveis; a investigação diagnóstica desenvolvida após o levantamento de dados, incluindo o mapeamento do território. Seguido do momento de planejamento com a proposição de ações com base no diagnóstico, conseqüentemente a implementação, considerada a etapa de execução “propriamente dita”; a avaliação com base analítica sobre as ações desenvolvidas e o monitoramento.

A equipe técnica que desenvolveu o trabalho como base na realização do acompanhamento um fluxo de atendimento para com as famílias e seus membros, ou seja, os encaminhamentos e os procedimentos seguiram um padrão psicossocial e comportamental. E para todo e qualquer tipo de ação, o grupo construiu instrumentais e direcionamentos a partir da concepção

psicossocial junto às famílias. Previam-se ainda atividades como:

1) Sociocultural: incluindo debates, palestras, promoções culturais, de arte e de lazer, com buscas a promover a reflexão sobre direitos das crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, dos idosos e suas famílias; implicando em trabalhar direto com famílias, grupo de famílias e comunidade e, eventualmente transformar suas representações e práticas;

2) Ações sociorreparadoras: um trabalho com famílias e usuários em situação de risco-social ou em situações de direitos violados que demandam orientação, proteção, encaminhamento, e acompanhamento sistemático, visando o acesso aos direitos e a superação da situação de violação dos mesmos (BELO HORIZONTE, 2007; p. 29-30).

É importante lembrar que a análise psicossocial não tem como princípio norteador a reflexão da realidade como um todo, e busca métodos de aplicabilidade nas condições “anormais” para que se estabeleçam condições “normais” de convivência entre os indivíduos e a sociedade. E ainda, embora o grupo proponha um Trabalho Social com Famílias – TSF, percebe-se que é muito mais um “acompanhamento familiar” do que um “trabalho social”, que visa à garantia de direitos sociais na busca pelo reconhecimento da cidadania e da emancipação.

A terceira experiência analisada, ainda na realidade latino-americana, é a proposta de trabalho social desenvolvida pelo Chile³, denominada de “PUENTE”, que está vinculada ao acompanhamento familiar das famílias inseridas no Programa de Transferência de Renda – PTR, o Subsídio Único Familiar – SUF, com 53 condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias, inscrito na Política “Chile Solidário” para atendimento às famílias em extrema situação de pobreza.

O Programa Puente foi colocado como uma estratégia de trabalho de intervenção psicossocial de apoio integral às famílias em condições de extrema pobreza para que possam, depois de passar pelo acompanhamento, ter condições de satisfazer suas necessidades básicas, superando a linha de indigência com habilidades necessárias para realizarem a integração com a rede local

³ Lembrando que todo o material analisado está publicado na língua oficial do país e a tradução é de responsabilidade da autora.

disponível. Todo o trabalho desenvolvido com as famílias prevê momentos individuais e coletivos, no entanto, não é um trabalho que propõe busca pela emancipação e protagonismo das famílias e sim um monitoramento familiar para a verificação do cumprimento ou não das condicionalidades para receberem o repasse financeiro.

Diante de todo esse aparato e monitoramento das famílias, a segurança social observada nessa experiência foi a “segurança de sobrevivência”, cuja proposta estabelecida é a de “garantir condições de satisfazer suas necessidades básicas”.

A equipe tem como eixo de proposta metodológica a verificação do cumprimento das cinquenta e três condições mínimas para a manutenção da família no programa em que são possíveis dois resultados.

- I- Inserção exitosa, quando as famílias alcançam o cumprimento das 53 condicionalidades;
- II- Inserção simples, quando a família não cumpriu uma ou mais condições mínimas e cumpriu o prazo fixado.

A metodologia adotada pelo grupo chileno não prevê um momento de capacitação técnica para os executores, no entanto, faz a exigência de experiência com o trabalho relacionado à pobreza, exigindo somente ser graduados e estar inseridos na carreira na área social e comunitária, com experiência no campo das questões relacionadas com a pobreza.

O processo de trabalho é proposto para a realização em duas fases, uma denominada de “intensiva” e a outra de “monitoramento”. A fase “intensiva” tem como premissa diagnosticar, priorizar e definir compromissos para o trabalho. E a segunda fase de “monitoramento”, contando com o acompanhamento e o fechamento do processo com as famílias, em que se verifica o cumprimento das condicionalidades regidas por um contrato firmado entre o Estado e a família.

A experiência analisada documentalmente a partir das publicações nacionais sobre o programa e as disponibilizadas no sítio online do governo chileno, foram possíveis para afirmar que a ação é muito mais um “acompanhamento” do cumprimento das condicionalidades e uma adequação das famílias a uma rotina de “modelos” a serem seguidos, do que um trabalho

com propostas de autonomia das famílias, de reconhecimento dos direitos sociais.

A quarta experiência em exame não condiz com a realidade latino-americana e sim a realidade de uma região vulnerável da Grande Paris, na França. Análise baseada em documentos e também a visita ao local, possibilitado pelo desenvolvimento da “bolsa-sanduíche CAPES/COFECUB em 2013”. Possibilitando perceber que a proposta de trabalho foi desenvolvida pelo grupo da “*Maison de Quartier Boris Vian*” na cidade de Villiers le Bel, um projeto na época da pesquisa ainda em desenvolvimento com previsão execução entre 2013 – 2017, com famílias em situação de precariedade no território de Villiers le Bel. O projeto não visa ao atendimento somente às famílias beneficiárias de Programas de Transferências de Renda – PTR, no entanto, algumas famílias atendidas fazem parte do contingente de 1.498 famílias beneficiárias pelo “Revenu de Solidarité Active – RSA”.

Para propor o atendimento às famílias do território o grupo realizou um estudo do número de famílias, as condições vividas por elas e suas composições, o desenvolvimento da ação que se deu a partir da aproximação territorial; reconhecimento do território de intervenção; o reconhecimento da Rede de Serviços; o levantamento das possibilidades da Rede de Serviços, e finalmente consolidando um estudo populacional, resultando no reconhecimento de 5.935 famílias. A estratégia de trabalho da Maison é desenvolver atividades com qualquer membro da família, colocando como proposta metodológica eixos ou missões, em uma perspectiva emancipadora para indivíduos e famílias:

Missões como a primeira missão ser um lugar de informação próximo para todos os habitantes; segundo, que seja um local de promoção social e de ajuda às atividades “emprego/inserção”; com uma terceira missão de que o local físico do serviço seja um lugar de vida coletiva e um operador da vida coletiva de bairro; a quarta missão é proporcionar que o local seja um lugar de concentração com os habitantes e de participação; e ainda para finalizar que tenha como missão fazer do serviço um lugar de sensibilização ao desenvolvimento durável.

É possível afirmar que a proposta francesa vai ao encontro de um trabalho social de análise do real, em que busca a compreensão

do real, com as necessidades e singularidades das famílias, no entanto, embora, seja o local de desenvolvimento de serviços públicos, as

famílias e os indivíduos para ter acesso precisam contribuir com uma taxa, como se fosse um tipo de manutenção para acesso ao serviço.

Quadro 1 – Estratégias de trabalho das experiências

Experiência	Estratégia de Trabalho	Direcionamento
São Paulo – SP	“Define-se como estratégia de ampliação do caráter de direito social, relacionado ou não a subsídio financeiro, e pretende ser um dos instrumentos para a interrupção da transmissão geracional da pobreza” (Wanderley e Oliveira, p. 18).	Reconhecimento do Direito Social
Belo Horizonte – MG	“[...] abordagem psicossocial com ações que visam informar, formar e transformar as suas representações e práticas dos direitos de cidadania”. (BELO HORIZONTE, 2007, p. 17). “[...] contempla três níveis de análise inter-relacionados: (1) comportamento social e subjetivos; (2) relações intersubjetivas e (3) grupos e processos coletivos”. (p. 26)	Comportamental
Chile	O trabalho desenvolvido com a família individual ou em grupo, e oferece a possibilidade de ter a consciência da família, fazendo uso adequado desses espaços. [...] ser para relacionar e conviver na privacidade da sua casa situações problemáticas que vivem diariamente, questões que falam, [...]. Em um grupo, as famílias se reúnem e têm um espaço que permitam compartilhar experiências e realizar seus sucessos e fracassos junto à outras famílias que vivem ou estão vivendo situações semelhantes.	Monitoramento Comportamental
França	Segmentos de atividades atendem a cada membro da família. O segmento da infância/pré-adolescentes; o apoio à educação; segmento da juventude; Adulto/Família.	Mobilização

Fonte: SANTOS, 2016.

Quando se visualizam as diferenças entre as propostas metodológicas, os processos de trabalho e os resultados, pode-se perceber também que quando o trabalho é comportamental, de abordagem psicossocial, tem como tendência um trabalho pontual e individual às famílias desconsiderando as relações pertencimento com o território e com a vizinhança. O trabalho de abordagem de monitoramento comportamental da família tem em vistas a “adaptação” das famílias a partir de respostas rápidas, colocando condicionalidades impostas, e quando há uma imposição sobre o agir das famílias, sem a devida explicação, condicionadas ao recebimento de um benefício, significando um autoritarismo, e o condicionamento em que a família fica restrita a cumprir. O trabalho de mobilização, de descoberta e de reconhecimento dos direitos sociais buscam romper com estratégias fechadas e fixas, garantindo o acesso ao direito social com garantias ao

reconhecimento de cidadania e protagonismo das famílias atendidas.

Conclusão

O Trabalho Social com Famílias é parte das prestações de serviços estatais no campo social, sendo uma espécie de trabalho de trato abstrato cuja tangibilidade está direcionada para a ampliação das condições de proteção social considerando-a como uma das necessidades sociais humanas e um direito social e não somente uma obrigação da família em prover e cuidar de seus membros.

O Trabalho Social com Famílias não se limita ao acompanhamento familiar, pois a família não é um mero instrumento, mas uma mediação de acesso a direitos e seguranças sociais, portanto, o TSF não pode pautar em relações de subalternidade e sim de alteridade com os membros das famílias com que trabalha e esse

processo exige o conhecimento das condições objetivas vivenciadas pelas famílias a partir do lugar onde constroem seu cotidiano, sobretudo aquelas famílias que vivem do trabalho.

As experiências de Trabalho Social com Famílias examinadas permitiram concluir que é de longe, colocar aqui uma “receita” para executar o trabalho com famílias, no entanto é urgente e necessária a discussão e reflexão, diante das diversas formas de precarização das condições de trabalho.

A família para o Trabalho Social precisa superar a ideia de uma instituição “tarefeira”, que está inserida em Programas e Serviços Sociais simplesmente para ser atendida e concordar com as diretrizes e normas postas. E sim ser protagonista nas ações e na sistematização das políticas sociais em questão, precisando estabelecer metodologias de trabalho com as famílias de a partir de uma abordagem interna e externa com jus às relações e vivências cotidianas das famílias brasileiras.

O trabalho social com as famílias exige ir além de análises superficiais de composição familiar, de condições de renda e das ações comportamentais, requer da equipe técnica condições profissionais para criar de análises territoriais e macrossocietárias, entendendo que a família é um grupo social que extrapola as delimitações do domicílio, superando a naturalização da instituição família.

O processo de reflexão e de fundamentação teórica para o Trabalho Social com Famílias, exige da equipe técnica, o reconhecimento das peculiaridades e singularidades das famílias a partir das relações de trabalho, mercado, sociedade e Estado, das suas configurações e composições familiares, das diversidades culturais e territoriais. Respeitando sobretudo os momentos do ciclo vital das famílias e de seus membros, os acontecimentos em cada fase da vida em família, as relações com os serviços públicos e privados que são ofertados no território em que vivem essas famílias.

Assim há que pensar que o Trabalho Social com Famílias é muito mais que um acompanhamento de situações individualizadas de família e que o desenvolva com atividades que efetivem seguranças sociais como a acolhida, o convívio, sobrevivência e promoção para garantirem a efetivação da proteção social, numa perspectiva

que supera a lógica de que proteção é apenas a necessidade de atendimento e transferência de renda. Espera-se que o Trabalho Social com Famílias desenvolva ações que promovam mudanças nas relações em famílias e com as famílias que vivem num mesmo território que se reconheçam enquanto possuidoras de direitos e cidadãs.

Referências bibliográficas

ACUÑA, Nidia Aywin e SOLAR, Maria Olga. **Trabajo Social Familiar**. 4ª ed. Santiago: Pontificia Universidade Católica do Chile, 2011.

ANTONIO, Maria de Lourdes Bohrer, GUERRA, Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno e MELLO, Fausta Alzirina Ornelas Pontes Mello. **Família, (DES) Proteção Social e Direito à Vida**. Coleção Coletâneas. São Paulo: Veras, 2013.

ARREGUI, Carola Carbajal; BLANES, Denise Neri. **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

ATTIAS-DONFUT, Claudine, LAPIERRE, Nicole e SEGALIN, Martine. **Le Nouvel Esprit de Famille**. Paris: Editions Odile Jacob, 2002.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Evolução Recente da Pobreza e da Desigualdade: Marcos Preliminares para a Política Social no Brasil. In: Cadernos Adenauer 1: **Pobreza e Política Social**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal e Secretária Adjunta de Assistência Social. **Metodologia de trabalho social com família na assistência social**. Belo Horizonte: SMAAS, 2007.

BORGES, Ângela e CASTRO, Mary Garcia (Orgs). **Família, Gênero e Gerações desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. In: **Ser Social 12**. Brasília: UNB, 2003.

CANEVACCI, Massimo (Intro. e Org). **Dialética da Família Gênese, Estrutura e Dinâmica de uma Instituição Repressiva por: Engels, Freud,**

Reich, Marcuse, Fromm, Lévi-Strauss, Adorno, Horkheimer, Habermas, Laing, e outros. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Inaiá Maria de e ALMEIDA, Paulo Henrique. Família e Proteção Social. In: **São Paulo em Perspectiva 17**, 2003.

CHILE. Chile Solidário. **Cuadernillo nº 2 Sistematizando Nuestro Quehacer, Aprendiendo de Nuestra Práctica**. Chile: Gobierno de Chile FOSIS, 2006.

_____. **Cuadernillo nº3 Experiencias de Organización y Funcionamiento de la Unidad de Intervención Familiar**. Chile: Gobierno de Chile FOSIS, 2006.

_____. **Presentación del Puente: Antecedentes y Componentes del Programa**. Chile: Gobierno de Chile FOSIS, 2006.

CHUPEL, Claudia Priscila e MIOTO, Regina Célia Tamasso. Acolhimento e Serviço Social: Contribuição para a Discussão das Ações Profissionais no campo da Saúde. In: **Revista Serviço Social & Saúde nº 10**. Campinas: UNICAMP, 2010.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antonio. **Reforma do Estado e política de emprego no Brasil**. CAMPINAS: UNICAMP, 1998.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque; Revisão Técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DORTIER, Jean-François. **Familles Permanence et Métamorphoses Histoire, Recomposition, Parenté et Transmission**. Paris: Sciences Humaines, 2002.

Familles (s) et politiques familiales. **Cahiers français 322** ; septembre – octobre 2004 n.6. Paris : La documentation Française, 2004.

FOLSCHNEID, Dominique; FLOUR, Yonne; MARITON, Hervé; CHAMAS, Bruno de Saint; MACABÉO, Bertrand; ANDRÈS, Jean-Marie; MONTFORT, Élizabéth, LONGEAUX, Père Jacques de, GUITTON, Jean-Paul. **La Famille, un atout pour la société**. Ed. François-Xavier de Guibert, 2013.

FRANCE. Allocations Familiales. Ministère du travail, des relations sociales et de la solidarité. **Le Travail Social confronté aux nouveaux visages de la pauvreté et de l'exclusion**. Paris : Éditions de l'école Nationale de la Santé Publique, 2007.

_____. Ministère du travail, des relations sociales et de la solidarité. **Le Travail Social confronté aux nouveaux visages de la pauvreté et de l'exclusion**. Paris : Éditions de l'école Nationale de la Santé Publique, 2007.

FRANCE. **Projet Social 2013-2017 Maison de Quartier Boris Vien**. Ville de Villiers-le-bel, 2012.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Revista Serviço Social e Sociedade 71**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. In: **Revista Katálysis v.13 n. 1**, 2010.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política livro I. 28 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MEERBEECK, Philippe van. **L'infamille ou la perversion du lien**. Bruxelles: De Boeck & Lacier, 2003.

MELLO, Fausta Alzirina Ornelas Pontes; ANTONIO, Maria de Lourdes Bohrer e GUERRA, Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno. **Família, (Des) Proteção Social e Direito à Vida**. São Paulo: Veras, 2013.

MENEZES, José E. X. de. e CASTRO, Mary Garcia (Orgs) **Família, população sexo e poder entre saberes e polêmicas**. São Paulo: Paulinas, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva e CARLOTO, Cássia Maria. (ORGS). **FAMILISMO Direitos e Cidadania contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social**. In: In: Revista Serviço Social e Sociedade 55. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Família, trabalho com família e Serviço Social. In: **Serviço Social em Revista v. 12, n. 2**. Londrina, 2010.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Novos Rumos para o trabalho com famílias**. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e ao Adolescente, 2013.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Proteção social: um novo consenso**. Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2002.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Proteção Social Contemporânea: cui prodest?** In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 116**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho um estudo sobre a moral dos pobres**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SARTORI, Elisiane. **Família e Proteção Social: Todos sob o mesmo teto**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SANTOS, Rosemeire dos Santos. **Família, Proteção Social e Trabalho Social com a minha, a sua e a nossa família**. São Paulo: PUC-SP, 2016 (TD).

SINGLY, François. **Le Soi, Le Couple et La Famille**. Paris: Natan, 1996.

_____. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Seguranças Sociais como Responsabilidade Pública da Assistência Social**. In: **CapacitaSUAS Caderno 1**. Brasília: MDS, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção de Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade**. In: **CapacitaSUAS Caderno 2**. Brasília: MDS, 2013.

VILLALOBOS, Verónica Silva. **O Estado de Bem-Estar Social na América Latina: Necessidade de Redefinição**. In: **Cadernos Adenauer 1: Pobreza e política social**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho. **Trabalhos com famílias 1 metodologia e monitoramento**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho. **Trabalhos com famílias. 2 Textos de Apoio**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.